

CPR VERDE E FINANÇAS SUSTENTÁVEIS NO BRASIL

Luhan Martins Reigoto¹

¹ Universidade Federal Fluminense. (lmreigoto@gmail.com).

Resumo: O agronegócio brasileiro desempenha papel estratégico na economia nacional e na segurança alimentar global, além de possuir elevada relevância ambiental devido à ampla presença de áreas naturais e florestais nas propriedades rurais. Nesse contexto, cresce a necessidade de instrumentos capazes de conciliar expansão produtiva e conservação ambiental, especialmente diante dos compromissos climáticos assumidos pelo Brasil no âmbito das políticas internacionais de mitigação das mudanças climáticas. A Cédula de Produto Rural Verde (CPR Verde), regulamentada em 2021, surge como um instrumento inovador ao permitir a remuneração de produtores rurais pela conservação ambiental e pela geração de serviços ecossistêmicos. Trata-se de uma evolução da tradicional Cédula de Produto Rural (CPR), que passa a incorporar atividades relacionadas à preservação de biomas, à redução de emissões de gases de efeito estufa e ao aumento de estoques de carbono como lastro para títulos financeiros negociáveis, aproximando o setor agropecuário das agendas de sustentabilidade e das finanças verdes. Nesse sentido, o presente estudo tem como objetivo analisar a CPR Verde como instrumento de desenvolvimento sustentável, avaliando sua viabilidade econômica, institucional e ambiental, bem como seu potencial de inserção nos mercados internacionais de carbono e nas políticas globais de sustentabilidade. De forma específica, busca-se contextualizar a evolução histórica e normativa da CPR no Brasil, examinar os fundamentos teóricos do Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) como base conceitual da CPR Verde, investigar os desafios técnicos e regulatórios relacionados à certificação e mensuração do lastro ambiental, comparar padrões nacionais e internacionais de certificação ambiental e mercados de carbono e propor diretrizes para o aperfeiçoamento institucional do instrumento no contexto das finanças sustentáveis. A pesquisa adota uma abordagem interdisciplinar, de natureza qualitativa e exploratória, com apoio em análises quantitativas secundárias. Metodologicamente, o estudo estrutura-se em três eixos principais: revisão sistemática da literatura, análise normativa e institucional e construção de indicadores econômicos, ambientais e institucionais para avaliar o desempenho e a viabilidade da CPR Verde a partir de dados secundários provenientes de fontes oficiais, utilizando técnicas de análise descritiva e comparativa. Como resultados esperados, a pesquisa pretende desenvolver um modelo analítico interdisciplinar que integre as dimensões econômica, jurídica, ambiental e institucional da CPR Verde, contribuindo para sua compreensão como instrumento de promoção do desenvolvimento sustentável. Espera-se também sistematizar o debate teórico sobre o tema, identificar limitações regulatórias e institucionais e apresentar recomendações voltadas ao aprimoramento do marco normativo do instrumento. Conclui-se que a CPR Verde possui potencial para consolidar-se como mecanismo relevante de finanças sustentáveis no Brasil, ao alinhar incentivos econômicos à conservação ambiental e à valorização dos serviços ecossistêmicos, contribuindo para a transição para uma

economia de baixo carbono e para o fortalecimento das políticas de desenvolvimento sustentável no meio rural.

Palavras-chave: CPR Verde; Pagamento por Serviços Ambientais; Desenvolvimento Sustentável; Finanças Verdes; Mercado de Carbono.

CPR VERDE AND SUSTAINABLE FINANCE IN BRAZIL

Luhan Martins Reigoto¹

¹ Federal Fluminense University. (lmreigoto@gmail.com).

Abstract: Brazilian agribusiness plays a strategic role in the national economy and global food security, while also holding significant environmental relevance due to the extensive presence of natural and forested areas within rural properties. In this context, the need for mechanisms capable of reconciling productive expansion with environmental conservation has become increasingly evident, particularly in light of Brazil's commitments to international climate mitigation policies. The Green Rural Product Certificate (CPR Verde), regulated in 2021, emerges as an innovative instrument by allowing rural producers to be compensated for environmental conservation and the provision of ecosystem services. It represents an evolution of the traditional Rural Product Certificate (CPR), incorporating activities related to biome preservation, greenhouse gas emission reduction, and carbon stock enhancement as collateral for negotiable financial instruments, thereby bringing the agricultural sector closer to sustainability agendas and green finance. In this sense, the present study aims to analyze CPR Verde as an instrument of sustainable development, assessing its economic, institutional, and environmental feasibility, as well as its potential integration into international carbon markets and global sustainability policies. More specifically, the study seeks to contextualize the historical and regulatory evolution of CPR in Brazil, examine the theoretical foundations of Payments for Environmental Services (PES) as a conceptual basis for CPR Verde, investigate the technical and regulatory challenges related to the certification and measurement of environmental collateral, compare national and international standards of environmental certification and carbon markets, and propose institutional guidelines for improving the instrument within the framework of sustainable finance. The research adopts an interdisciplinary approach of a qualitative and exploratory nature, supported by secondary quantitative analyses. Methodologically, the study is structured around three main axes: a systematic literature review, normative and institutional analysis, and the development of economic, environmental, and institutional indicators to assess the performance and feasibility of CPR Verde based on secondary data from official sources, using descriptive and comparative analysis techniques. The expected results include the development of an interdisciplinary analytical model integrating the economic, legal, environmental, and institutional dimensions of CPR Verde, contributing to its understanding as a policy and market instrument for promoting sustainable development. The study also seeks to systematize the theoretical debate on the topic, identify regulatory and institutional limitations, and present recommendations aimed at improving the instrument's regulatory framework. It is concluded that CPR Verde has the potential to consolidate itself as a relevant sustainable finance mechanism in Brazil, aligning economic incentives with environmental conservation and the valorization of ecosystem services, while contributing to the transition toward a low-carbon economy and the strengthening of sustainable development policies in rural areas.

Keywords: CPR Verde; Payments for Environmental Services; Sustainable Development; Green Finance; Carbon Markets.